



Assembleia de Freguesia de Cortegaça

Concelho de Ovar

Sessão ordinária de vinte e sete de junho de dois mil e vinte e quatro

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sito no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em sessão ordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Intervenção ao Público;
2. PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia);
 - 2.1. Apreciação e Votação da ata de 29/04/2024;
 - 2.2. Período de intervenção dos Membros da Assembleia;
3. POD (Período da Ordem do Dia);
 - 3.1. Informação Autárquica — Junta de Freguesia de Cortegaça;

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa - Presidente, Sílvia Oliveira - 1ª Secretária, Luís Violas – 2º Secretário, constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, Pedro Coelho em substituição António Alves de Sousa, José Américo Pereira em substituição de Cláudia Moraes, e Jorge Miguel Silva (pela Bancada do Partido Social Democrata), Américo Dias, Miguel Coelho e Márcia Rola (pela Bancada do Partido Socialista).



Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente Prata Oliveira - Presidente, Paulo Amadeu Monteiro Pinheiro- Secretário e Florbela Rodrigues- Tesoureira, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça endereçou os habituais cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restante executivo, aos senhores Secretários, membros da Assembleia de Freguesia e demais presentes.

Antes de iniciar a ordem de trabalhos deu nota aos membros da Assembleia de Freguesia que relativamente à intervenção do Sr. Orlando Sá, na Assembleia do mês de abril, será remetida a resposta ao mesmo e seguirá com conhecimento a todos os membros da Assembleia. Informou, ainda, que a mencionada resposta não seguiu antes para, precisamente, os membros da assembleia terem conhecimento disso.

Adiantou que a resposta havia sido elaborada com base nas atas referentes ao assunto que foi trazido à assembleia, nomeadamente as atas de abril de 2020, dezembro de 2020, abril de 2021 e junho de 2021.

Iniciou-se a ordem de trabalhos com o **Ponto Um**: Período de Intervenção ao Público;

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça começou por dar início às inscrições do público presente que pretendesse intervir na presente Assembleia.

Inscreveram-se Carolina Duarte, António Simões, Anabela Soares e António Guimarães.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra a Carolina Duarte que na sua intervenção começou por questionar para quando será a nova data de abertura do parque de campismo, uma vez que não foi cumprida a data prevista.

Disse que muitos campistas lhe pediram para perguntar qual será a data para puderem programar as férias.

A senhora Carolina alerta para o facto de a rede do parque de campismo estar aberta e de fácil acesso a terceiros e que pode pôr em risco os pertences dos campistas.



Perguntou, também, porque é que as redes de proteção do lado da mata não estão no sítio. Aconselhou o Sr. Presidente da Junta a marcar uma reunião com os campistas para os acalmar e lhes prestar todas as informações sobre a situação do parque.

Após a intervenção de Carolina Duarte a Senhora Presidente passou a palavra a outro membro do público, Anabela Soares

Começou por referir que foi à assembleia em representação da família e dos colegas e que fazem da nossa terra a terra deles e que amam Cortegaça. Questionou acerca da abertura do parque.

De seguida foi dada a palavra ao senhor António Simões que após os devidos cumprimentos disse pretender ver esclarecidos vários pontos.

Primeiro ponto: Informou que no Largo Comendador Álvaro Rola encontram-se uns caixotes do lixo perto do estacionamento do táxi que largam um odor insuportável. A calçada portuguesa está toda levantada perto da árvore e torna-se perigosa para a circulação de pessoas.

O segundo ponto estava relacionado com a cabine telefónica que foi retirada, adiantando que a partir das oito horas da noite não há um café aberto para se poder telefonar.

Terceiro ponto: disse que na rua do Rodelo, a casa que foi feita destruiu quatro caixas das águas pluviais. Acrescentou que foi o empreiteiro que as destruiu e a Junta de freguesia devia pedir-lhe responsabilidades.

O quarto ponto referia-se à limpeza como fizeram no ano passado à saída das manilhas na viela para escoarem as águas da rua do Rodelo.

Quinto ponto: na zona industrial, há quase um ano que as pessoas vão trabalhar ou as que se deslocam para o comboio não têm luz na rua.

De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. António Guimarães que após os devidos cumprimentos a todos os presentes, começou por salientar que todos os Cortegacenses sabem que o Movimento 2030 encabeçou uma petição pública a favor do perímetro florestal de Ovar. Que essa petição foi assinada por 19000 assinantes, inclusivamente muitos deles eram e são de



Cortegaça.

Prosseguiu dizendo que essa petição foi a discussão pública na passada sexta-feira e, portanto, o Movimento 2030, incluindo ele próprio, também tinha sido recebido no Parlamento da Assembleia e que a petição havia sido levada a discussão pública. Com isso pretendeu dizer que derivado dessa discussão pública, tinham saído alguns projetos de resolução, projetos esses que foram defendidos por alguns partidos.

Assim, disse que era sua pretensão deixar bem vincado o alcance que foi obtido pelo movimento 2030.

Prosseguiu afirmando que gostaria também de salientar e de elucidar que o único partido que votou contra todos os projetos de resolução foi a AD, o que realmente não entendia pois o objetivo era defender o município de Ovar e defender uma causa nobre como a floresta.

O Sr. António Guimarães endereça uma pergunta ao executivo da Junta de Freguesia, no sentido de se este executivo iria continuar a defender o plano de gestão florestal ainda para abater mais vinte e sete talhões ou se realmente vai optar por seguir as recomendações que irão sair do projeto de resolução.

Terminada a Intervenção de António Guimarães e todas as intervenções do público, a Senhora Presidente Luciana Sousa, passa a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente.

O Senhor Presidente da JFC endereça os habituais cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia e restante mesa, aos membros do executivo e o público em geral.

Começou por responder e esclarecer os assuntos relativos ao parque campismo e informou a nova data de abertura. Esclareceu que o Executivo procurou que houvesse uma data simbólica, o que não foi possível por várias vicissitudes.

Prosseguiu realçando duas coisas muito simples.

Disse que o parque de campismo se encontra ao abandono há 20 anos: 10 anos enquanto sob direção dos nortenhos e depois 10 anos enquanto decorreu o processo judicial.



Portanto, para recuperar um parque que esteve ao abandono e degradação constante durante 20 anos, não é algo que se faça nem em 20 dias, nem em 20 meses.

Informou que têm estado a lutar todos os dias para que as condições de segurança sejam repostas com a maior brevidade possível e assim abrir, mas, infelizmente, não foi possível fazê-lo na data que tínhamos previsto.

Transmitiu que, aquando da demolição da receção, houve a anulação do ramal principal de água, tendo tido a necessidade de solicitar um novo ramal, o que está atrasado, mas reforçou que têm estado a realizar todas as diligências que estão ao alcance.

Deu nota de que o executivo da JFC pretendia abrir o parque no dia 28 de maio, no entanto apenas no dia 3 de junho é que foi ligada a energia elétrica.

Reforço mais uma vez que não era possível abrir o parque sem que ele apresente condições de segurança para todos, nomeadamente o sistema de incêndio e o sistema de vigilância. Acrescentou que já estão feitas todas as vistorias e que se encontram em tratamento os procedimentos administrativos.

Disse ser difícil apontar uma nova data, reforçando que o executivo quer abrir o Parque o mais breve, principalmente por duas questões. Primeiro porque foi esse o compromisso e segundo, porque também há questões turísticas, sociais e económicas associadas.

No entanto, ainda não era possível definir uma nova data, sendo certo que a partir do momento em que haja água, tudo funcionará.

Acrescentou que não conseguiam fazer chegar água ao bloco nove, mas que estavam a tratar de todas as questões que dizem respeito à segurança. Começaram pela frente, pela receção e pelo parque de estacionamento e o Multibanco já está a funcionar.

Informou que haviam sido identificados 328 alvéolos em pagamento, não significando isso que possam existir utentes que não pagam e que tenham acesso ao parque, sendo que, de qualquer forma, o sistema de controlo de acessos já está a funcionar e em breve serão distribuídos novos cartões para os utilizadores que pagam. Os restantes só entrarão se pagarem tudo sendo-lhes, então, entregue o cartão.

Quanto à questão da rede aberta, informou que começaram, primeiro, por fazer o arranjo exterior no antigo muro da receção e a empresa irá arranjar os outros também.



Manifestou estar na expectativa que, num prazo máximo de 10 dias após terem água, que foi esse o compromisso da ADRA, houvesse condições para abrir o parque de campismo.

Respondendo ao Sr. Simões, o Sr. Presidente da JFC, quanto à questão do lixo, disse tratar-se de uma questão recorrente em várias locais. A JFC dá a informação à Ecolinha, mas reforçou que qualquer cidadão pode também dar nota à Ecolinha desses maus cheiros porque eles têm no contrato prevista a limpeza e a lavagem dos próprios contentores.

Quanto à calçada portuguesa, disse que a mesma está danificada devido ao crescimento das árvores. Que não é a primeira vez que a JFC intervém nessa zona, comendo, mas também é de salientar que os carros que estão estacionados à beira da pastelaria também contribuem para essa situação.

No que concerne à cabine telefónica, diz tratar-se de uma questão da evolução dos tempos. Que percebe que possa haver alguém que não tenha telefone, mas as cabines caíram em desuso e os cafés também a liberdade de fechar quando entendem.

Na rua do Rodelo, no que diz respeito às grelhas, já foi esse assunto comunicado à Câmara Municipal porque é uma competência da Câmara Municipal.

Quanto à iluminação da zona industrial, informou que daria nota à EDP, reforçando que qualquer cidadão também o pode fazer.

Relativamente à intervenção do Sr. António Guimarães, começou por dar os parabéns ao Movimento 2030 pela luta na defesa da floresta.

Disse entender que existem algumas questões do próprio plano que devem ser revistas, nomeadamente no processo de reflorestação. Que sabia as petições, que foram à Assembleia da República, foram chumbadas essencialmente pela AD e as resoluções também não tinham sido aprovadas, no entanto que não competia à JFC executar o plano, sendo que, da mesma forma também não faz sentido ela opor-se à sua execução no sentido prático.

De qualquer maneira, a JFC revê-se no plano de gestão florestal, ainda que entenda que o plano tenha algumas lacunas que mereciam ser corrigidas e nesse sentido a JFC continua em diálogo com o ICNF, precisamente na questão da defesa da reflorestação, que está a desenvolver um projeto de reflorestação na zona em frente ao Bairro do SAAL, precisamente com as receitas provenientes do



material lenhoso.

Prosseguiu informando que este processo com o ICNF iniciou-se antes das eleições, entretanto, o Governo caiu, foram nomeados novos diretores e o projeto ficou suspenso, portanto, estão a retomar esse processo para que possam proceder reflorestação.

Afirmou que é este o caminho que a JFC defende, considerando que a reflorestação é uma solução eficaz e eficiente.

Terminadas as explicações do Senhor Presidente passou-se de imediato ao seguinte ponto.

2. PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia);

2.1. Apreciação e Votação da ata de 29/04/2024;

Iniciado este ponto, o primeiro assunto em tratamento foi a ata da sessão ordinária por deliberar, datada de 29 de abril de 2024.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, uma vez que a referida ata havia sido remetida, previamente, por correio eletrónico a todos os membros da Assembleia de Freguesia, dispensou a leitura da mesma, passando-se, de imediato à votação da sobredita.

Foram informados Jorge Silva e José Américo de que não poderiam votar a referida ata.

Colocada à votação a ata da sessão ordinária da assembleia de freguesia de 29 de abril de 2024, a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram abertas as inscrições para os membros da assembleia de freguesia que pretendessem intervir.

Inscreveram-se, Márcia Rola, Miguel Coelho e Jorge Miguel Silva.

Márcia Rola que, após lhe ser concedida a palavra, apresentou os habituais cumprimentos.



Questionou o ponto de situação do Parque de Campismo, perguntando, também, e relativamente ao balneário que não terá acesso à água, como irão fazer os campistas para tomarem banho e se esta situação não colocará em risco a abertura do parque.

Prosseguiu dizendo que o Sr. Presidente da JFC havia referido que foi ligada a energia elétrica no dia 3 de junho e, então, pretendia saber se a Caixa Multibanco já está em funcionamento.

Questionou acerca da ausência de resposta aos e-mails enviados pelos campistas.

Terminando, e acerca da escola de Surf, segundo o que se apercebeu, haveria um contentor na área do parque de campismo, para a escola. No entanto, teve conhecimento que uma outra escola de surf queria instalar um contentor para poder oferecer os seus serviços e andou entre a JFC e CMO para obter autorização e nunca conseguiu.

Deu a sua opinião no sentido de que a existência de mais escolas iria contribuir para dinamizar a economia local, trazer mais pessoas e como há espaço para todos, todos ficariam a ganhar.

A Sra. Presidente da Assembleia após a primeira intervenção, deu a palavra a Miguel Coelho.

Miguel Coelho após os devidos cumprimentos, expos uma situação relativamente ao funcionamento da escolha das pessoas para as mesas eleitorais que decorreram no domingo, dia nove, e que na sexta-feira anterior, à noite, foi contactado por um funcionário da JFC, a pedido do Sr. Presidente para ver se conseguia arranjar uma pessoa para uma mesa eleitoral.

Disse ter conseguido arranjar uma pessoa que, por acaso, já tem bastante experiência, que se comprometeu a comparecer na mesa eleitoral.

Sucedeu que, no dia das eleições, quando essa pessoa foi para a mesa de votos, foi informado de que já não era precisa a sua presença.

Miguel Coelho diz entender ser inadmissível esta situação, o que só demonstrou falta de respeito e preendia saber o porquê de isto ter acontecido.

Passando a outro assunto, Miguel Coelho informou que, na passada sexta-feira, havia sido aprovado um projeto de resolução com a recomendação ao governo para que se reveja o plano de



ordenamento florestal do perímetro florestal das dunas de Ovar, por forma a alterar a metodologia do corte de árvores e assim, reduzir os diversos impactos regressivos dos cortes raros, que são os cortes de parcelas completas. O que se defende é privilegiar o corte seletivo e o PS revê-se neste projeto, na defesa da floresta.

Passou de seguida a outro assunto, relativo às obras em curso no Restaurante D'Aurora. Informou que enviaram um email à Presidente da Assembleia de Freguesia que, conseqüentemente, faria chegar ao Executivo da JFC, com um pedido de vários documentos que esclarecessem o teor das obras em curso.

Disse que segundo a lei, haveria o prazo de 30 dias para que os documentos lhes fossem remetidos, mas só ao fim de cerca de um mês é que foram enviados os documentos, e não todos os que foram solicitados, nomeadamente o levantamento topográfico com os limites do terreno, implantação com a referências condicionantes dos planos municipais, o desenho do existente e das alterações. Mas apesar da pouca documentação que receberam podem dizer que cada vez mais os preocupa este processo. Dos documentos recebidos passo a citar o teor de um deles.

“O exposto na presente informação em matéria de licenciamento das construções e da utilização suscitam-nos sérias reservas, não se afigurando que falta de exigência legal dos títulos consubstancia falta de instrução de pedidos tendentes à verificação do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares que viabilizem a emissão de parecer favorável pela Câmara Municipal.

Também se afigura que deverá ser efetuada a comunicação à APA quanto à utilização privativa do domínio público atenta e inércia do proprietário e do explorador. Assim, proponho que o SF avalie o exposto quanto á ocupação do domínio público tendo em vista e instauração de processo de contraordenação e a DUP analise as questões atinentes á edificação e respetiva utilização, com vista à definição dos procedimentos a adotar para a reposição da legalidade urbanística.”

Face ao exposto, Miguel Coelho faz as seguintes perguntas dirigidas ao Senhor Presidente da JFC:

Qual é a sua justificação para não ter tratado de repor a legalidade deste processo.

Quanto ao processo da APA há desenvolvimentos? Que custos e penalidades isso poderá trazer para a Junta de Freguesia de Cortegaça? Que medidas estão a ser tomadas no sentido de repor a



legalidade de todo este processo?

Quanto à questão do envio de documentos, gostariam de saber o motivo de não cumprir os prazos legais que a lei define.

Também pretendem saber, como é possível, conforme disse o Presidente da JFC na última assembleia, que o executivo esteja a ponderar participar nas obras do Restaurante D'Aurora. Primeiro fazem-se as obras e depois vão ver o que vai custar à Junta de Freguesia? Não há um acordo previamente firmado no que toca a custos e até um contrato de exploração pelo edifício da Junta? É assim que defendem os interesses da Junta e de Cortegaça?

Aos membros da Bancada do PSD, Miguel Coelho perguntou qual a opinião sobre estas ilegalidades? Não só sobre o processo do edifício onde funciona o restaurante D'Aurora, incluindo a esplanada em espaço público. Assim como o envio dos documentos fora dos prazos legais.

Dirigiu-se, de seguida à Sra. Presidente da Assembleia perguntando que, estipulando a lei que compete à Presidente da Assembleia zelar pelo cumprimento da legalidade em tudo o que respeita a assembleia e os seus membros, tendo sido o email enviado por si, medidas pretende tomar perante a ilegalidade de cumprimento dos prazos que a lei estipula?

Finda a sua intervenção, foi dada a palavra a Jorge Miguel Silva que, após apresentar os devidos cumprimentos à Presidente da Assembleia de Freguesia e restante mesa, assim como ao Sr. Presidente da JFC e restante executivo, aos membros da Assembleia e ao público em geral, iniciou a sua intervenção dando nota que na intervenção de Miguel Coelho foram usados vários adjetivos contra o Presidente da JFC e executivo e que isso é inadmissível, principalmente, quando não apresenta fundamentos para tais insinuações.

Disse que acusar este e os outros executivos de falta de trabalho e empenho é muito grave. Por exemplo, nos últimos 10 anos tiveram o processo relativo ao parque campismo que ficou resolvido. Acusar o Senhor Presidente da Junta de falta de empenho e trabalho quando, nos seus mais de 20 anos pertencendo ao executivo da Junta, se empenhou para criar novas infraestruturas, quando já tem projetos elaborados e pagos para renovar e requalificar ainda mais a freguesia, nomeadamente na zona centra e zona da praia de Cortegaça, é muito mau. Acrescentámos o



trabalho com as coletividades que tem sido feito e muitas mais poderia ser enumerado de trabalhos e projetos realizados.

Quanto à questão que foi endereçada à bancada do PSD, disse estarem certos de que aquilo que o executivo está a fazer é um compromisso com os Cortegacenses, lutar pelas coisas, proteger o património da freguesia, melhorar as condições de vida dos Cortegacenses e estão certos que este é mais um desses desígnios. Estão confiantes que tudo o que será feito será em prol da freguesia. Concluiu afirmando que foram vinte anos em que as pessoas confiaram no Presidente da JFC.

Terminada a intervenção de Jorge Miguel Silva, Miguel Coelho deixa uma nota que no documento que citou na sua intervenção está escrita a palavra inércia.

De seguida usou da palavra Márcia Rola que questionou acerca da situação dos caixotes do lixo que estavam colocados em frente à praia e que foram deslocados à frente da entrada da Rua Gago Coutinho. Quer saber se é uma situação temporária ou definitiva.

Em questão ao restaurante D'Aurora, considera que há algumas ilegalidades e que muitos documentos que foram solicitados não foram remetidos, nomeadamente o pedido de comunicação à Câmara Municipal, o Parecer emitido pela Câmara Municipal, caderneta e certidão predial permanente que foi enviada fora de prazo, levantamento topográfico, termo de responsabilidade, implantação georreferenciada, as especialidades, caderno de encargos e mapa de quantidades e estimativa orçamental. Considera que há aqui evidência de incumprimento da lei.

Depois de todas as intervenções dos membros da Assembleia de Freguesia, a Presidente da Assembleia de Freguesia passa a palavra ao Presidente Sérgio Vicente que começa por responder a Márcia Rola no que concerne aos balneários do bloco 9 do parque de campismo.

Informou que o facto deste balneário ficar desativado não interfere com a abertura do parque porque existem mais 8 balneários.

Informou que a Caixa Multibanco já se encontra a funcionar há mais de uma semana.



Quanto à falta de resposta aos e-mails, disse que também está na lei os prazos que o Presidente tem para responder, o que fará quando for oportuno, quando tiver tempo, quando entender que deve responder por isso, dispensa os conselhos nesta matéria.

Quanto à data de abertura do parque de campismo, o executivo nunca comunicou uma data de abertura, disseram, sempre, que era intenção abrir numa determinada data, até porque era uma data marcante.

Relativamente à escola de Surf, esclareceu que a escola de Surf não se encontra dentro do parque de campismo, mas sim na área da praia que diz respeito à APA.

Portanto, tudo o que diz respeito à legalização das escolas de surf ou bares de praia diz respeito à Agência Portuguesa do Ambiente.

Relativamente à questão dos caixotes do lixo em frente à rua Gago Coutinho, foi solicitado pela Junta de Freguesia a alteração da localização, prevendo-se que fiquem apenas 2 contentores indiferenciados, que são os caixotes cinzentos e o caixote do lixo marítimo, tudo o resto foi pedido para mudar de sítio.

Passando a responder a Miguel Coelho, relativamente às eleições, esclareceu que o Senhor Presidente da Junta não é responsável pela Constituição das mesas, sendo sim sua responsabilidade convocar os partidos e ceder um espaço para a sua realização, tudo o resto diz respeito aos partidos e aos seus representantes.

Adiantou que o Presidente da Junta procura agilizar o processo porque se não houver acordo, quem define é o Sr. Presidente de Câmara, ele sim é que é o elemento competente para essas matérias.

Relativamente à questão da pessoa lesada, esclareceu que efetivamente houve uma confusão; foram feitas 7 substituições em 20 e houve uma confusão com os nomes, ficando-se com a perceção de que iria faltar um elemento e por isso, na sexta-feira recorreu-se ao Miguel Coelho para que procurasse alguém, até por uma questão de equidade entre os representantes dos partidos.

Quanto aos adjetivos que lhe foram dirigidos, só dizer que na hora certa o povo decidirá. Relativamente ao processo de D'Aurora, disse que os membros da Assembleia do Partido Socialista



extravasaram as suas competências ao solicitar os documentos, isto porque não têm competência para fiscalizar obras nem processos de obras, mas sim a Câmara Municipal.

Prosseguiu afirmando que é de notar que os senhores, até ao abrigo de um estatuto que não é correspondente àquilo que solicitaram, deram 10 dias à Junta de Freguesia, quando no documento que o senhor não quis ler, a própria Câmara deu 60 dias para a junta apresentar documentação.

Informou que o Orçamento e o Auto de Medição estão disponíveis para serem enviados.

Todos os outros documentos foram enviados. Que houve uma dilatação do prazo, não tanto tempo como Miguel Coelho diz, porque o prazo só começa a contar quando o Presidente da Junta o recebe.

O Senhor Presidente reconhece que o prazo foi dilatado, mas foi dilatado porque era preciso juntar documentos que não era a Junta de Freguesia a detentora e, portanto, foi preciso esperar para que efetivamente todos os documentos fossem entregues.

Esclareceu que a JFC não tem nada a esconder nesse assunto, até porque na última Assembleia o próprio sugeriu que deveriam todos juntos em assembleia tratar deste assunto e a ata assim foi aprovada.

Informou que, ainda sobre este assunto, a Junta de Freguesia, ao exemplo daquilo que já fez com o parque campismo, lutará sempre arduamente com todas as suas competências para que o património da freguesia seja valorizado e que permaneça na sua posse.

Deu o exemplo muito concreto do Bar Miradouro, em que aconteceu exatamente o mesmo processo. Em 1995 a Junta de Freguesia desse ano, recebeu uma notificação da ARH, que é aquilo que hoje é a APA, a dizer que não poderia abrir porque não tinha licença. De imediato a Junta de Freguesia, que queria que o bar funcionasse, foi à ARH levantar uma licença e a partir daí, sujeitou-se a que todos os anos tivesse que pagar a taxa de ocupação dos recursos híbridos do chamado domínio Público marítimo e a partir desse momento, reconheceu tacitamente que o terreno não lhe pertencia e ficou sujeita aos sucessivos concursos perdendo o direito da posse do terreno do Miradouro Bar. Portanto, quando as pessoas dizem que o miradouro bar é da junta de Freguesia não é verdade, o miradouro bar é um bar em concurso e só o equipamento é da junta e o terreno é da



Agência Portuguesa do Ambiente e é isto que não queremos que aconteça no restaurante D'Aurora, porque é exatamente isto que a Agência Portuguesa do Ambiente quer, que a Junta pague as taxas de ocupação do domínio Público e dos recursos hídricos e a partir daí perde o direito ao terreno. Sabemos que é um processo difícil e que acabará em tribunal, mas a JFC está cá para lutar.

Quanto à inércia que Miguel Coelho adjetiva o Presidente da Junta, essa inércia que é referida no documento que leu, é uma inércia referida ao longo dos 30 anos, porque o senhor Miguel pode ver a postura da Junta de Freguesia nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018, depois em 2020 e 2021 foi o Covid e pode ver a postura de agora em 2024. Portanto, bastava ler os antecedentes, o documento todo, onde está transcrito tudo o que se passou, é um processo de 1989. Relativamente ao processo da APA certamente vai para tribunal, mas a Junta não vai abdicar da posse do terreno e do prédio.

As medidas que estão a ser tomadas são aquelas que a Câmara solicitou, não com a nuance do pedido à APA, porque isso recusamos a fazer, trataremos com a APA em tribunal, provando que o terreno pertencia à Junta de Freguesia muito antes de 1864 que é aquilo que a lei determina.

Relativamente aos documentos, o Sr. Presidente da JFC disse que iria analisar o que aconteceu porque tinha solicitado que se enviassem o maior número de documentos possíveis.

O Sr. Presidente, em sua defesa, ao adjetivo de incompetente que o Miguel Coelho lhe endereçou, justificou que incompetência é a dos senhores do PS terem movido uma ação contra a JFC, quando aprovaram em Assembleia o loteamento.

Miguel Coelho perante esta afirmação do Presidente da JFC solicitou a sua intervenção para defesa da sua honra, o que fez reiterando as acusações anteriores originando a que a Presidente da Assembleia interviesse no sentido de o interromper.

Márcia Rola intervém, de seguida, defendendo a sua honra justificando que não intentou nenhuma ação contra a Junta de Freguesia de Cortegaça.

O Presidente da JFC responde a Márcia Rola informando que um dos membros do Partido Socialista, inclusive um elemento que já foi líder da atual bancada do PS, é Autor nessa ação judicial.

De seguida pede para intervir Américo Dias sendo-lhe concedida a palavra.



Depois dos respeitosos cumprimentos, Américo Dias diz que já interveio várias vezes sobre este assunto e refere que se esteve a discutir durante toda a atual Assembleia sobre a legalidade dos procedimentos e quando existem ilegalidades nos procedimentos, a sua legalidade tem que ser reposta. Américo Dias, como cidadão e não como membro da Assembleia, subscreveu juntamente com outros cidadãos, a partir de um dossier que lhe foi explicado e onde haviam incongruências nos documentos, uma ação para serem repostas a legalidade das coisas.

O Presidente da JFC responde a Américo Dias lembrando-o que o processo já foi arquivado mais do que uma vez, em diferentes tipos de ação, ou seja, Américo Dias refere que há ilegalidades, mas ainda não conseguiram provar nenhuma.

A Presidente da Assembleia de Freguesia tomou a palavra de seguida, para responder à interpelação de Miguel Coelho, o qual pediu esclarecimentos relativos ao envio dos documentos.

A Presidente da Assembleia informou que solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia que enviasse os documentos, no entanto, foi-lhe transmitido que como alguns não estavam na posse do executivo, necessita o executivo de uma prorrogação do prazo para o envio da documentação. Ao que acedeu, atenta a justificação.

Assim que a Presidente da Assembleia recebeu os ditos documentos, de imediato os reencaminhou para todos os membros.

Esclareceu que a função da Presidente da Assembleia é zelar pelo bom funcionamento de todas as assembleias, é defender Cortegaça, não é defender qualquer que seja o movimento partidário e que foi isso mesmo que assumiu na tomada de posse.

Portanto, os documentos foram enviados quando o executivo os fez chegar.

Por fim, o Presidente da JFC comprometeu-se na sexta-feira seguinte fazer chegar toda a documentação em falta.

Após todas as intervenções passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.



1. POD (Período da Ordem do Dia);

1.1. Informação Autárquica — Junta de Freguesia de Cortegaça;

A Presidente da Assembleia concede a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos aos membros da Assembleia e assim dispensa a apresentação do documento.

Pede a palavra Américo Dias, que lhe foi concedida pela Presidente da Assembleia.

Dispensados os cumprimentos, Américo Dias refere que juntamente com a atividade autárquica está também apresentado o relatório de contas até 31 de maio deste ano e queria um pequeno esclarecimento sobre o desequilíbrio orçamental.

Prossegue afirmando que no final do ano foi registado um défice na ordem dos 150 mil euros.

O senhor Presidente apresenta no exercício um gasto de quatro mil, novecentos e vinte euros de gasolina, pagaram mil seiscientos e setenta e três, estão por pagar três mil duzentos e quarenta e seis, e pergunta se estes compromissos que estão assumidos são para pagar ou não.

Sem mais intervenções, a Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente da JFC que, mais uma vez, explica que a questão da cabimentação dos compromissos assumidos tem a ver até com questões técnicas, que é obrigatório, por lei, cabimentar compromissos durante 3 meses, quer naqueles que são mais previsíveis de ser executar. Sejam os salários, os impostos, gasolinas e, portanto, estas obrigações poderão ser reduzidas porque não há faturas ainda, não está assumida a despesa, está assumida em termos orçamentais.

O Senhor Presidente disse que a JFC tem obrigações na ordem dos cento e cinquenta euros para pagar, mas também tem receita para realizar, o que a lei obriga e bem, é condicionar esse gasto porque são gastos de despesa corrente, são gastos de funcionamento da freguesia e portanto, têm que estar desde logo cabimentados, precisamente para que não se gaste noutras áreas e aquelas que são de funcionamento depois não se sujeitem a não terem verbas para serem pagas. É isto que diz a lei e é isso que a Junta cumpre.

Disse que a JFC foi usada, como exemplo, pela empresa de consultoria, quanto ao cumprimento que tem feito na prestação de contas perante o Tribunal de Contas.



Concluiu afirmando que na última prestação de contas já tinha informado que o que levou a não terem apresentado as contas que gostariam foi devido à previsão da receita do parque de campismo, que deveria ter sido recebida em março e abril e foi-o apenas em setembro.

Concluídos os trabalhos, foi dada por encerrada a sessão ordinária de 27 de junho de 2024.

A Presidente de Assembleia de Freguesia,

(Luciana Camboa de Sousa)

A Secretária,

(Sílvia Oliveira)

O Secretário,

(Luís Violas)